



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXI — N.º 40

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 15 DE ABRIL DE 1966

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSÕES CONJUNTAS

DESTINADAS A APRECIAÇÃO DE VETOS PRESIDENCIAIS

Das 26 e 27 de abril:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.083-E-65 na Câmara e nº 281-65 no Senado, que modifica o «Plano Nacional de Viação» estabelecido na Lei nº 4.592, de 29.12.64;

Dia 28 de abril:

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.071-B-64 na Câmara e nº 277-65 no Senado, que dispõe sobre a integração do surdo em cargos do Serviço Público Federal;

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.176-B-63 na Câmara e nº 294-65 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Minas e Energia o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000, para complementação dos recursos destinados à construção da «Usina Coaraci Nunes»;

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.272-B-63 na Câmara e nº 284-65 no Senado, que estende aos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará o regime de isenção fiscal de que gozam o Lóide Brasileiro e a Companhia Nacional de Navegação Costeira;

Dia 10 de maio:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 10-65 (C.N.) que aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1966, 1967, e 1968 e dá outras providências;

Dias 11 e 12 de maio:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.209-A-65 na Câmara e nº 257-65 no Senado, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior;

Dia 13 de maio:

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.511-B-65 na Câmara e nº 27-65 no Senado, que regulamenta o pagamento referente à cota de que trata o art. 26 da Constituição Federal e dá outras providências;

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.595-B-65 na Câmara e nº 222-65 no Senado, que senta de quaisquer tributos as embarcações de até uma tonelada;

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.141-B-65 na Câmara e nº 221-65 no Senado, que dispõe sobre novas atribuições da Comissão de Marinha Mercante e dá outras providências;

Dia 17 de maio:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 13-65 (C.N.), que reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação, consumo e selo e a quota de previdência social, uniformiza as contribuições baseadas nas folhas de salário e dá outras providências;

Dia 24 de maio:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 11-65 (C.N.), que dispõe sobre a produção açucareira, a receita do Instituto do Açúcar e do Álcool e sua apuração e dá outras providências;

Dia 25 de maio:

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.019-B-65 na Câmara e nº 140-65 no Senado, que prorroga por 2 (dois) anos o prazo fixado no art. 1º da Lei nº 3.640, de 10 de outubro de 1955, que dispõe sobre os exames de habilitação para os Auxiliares de Entomologia e Páteiras Práticas;

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 504-C-63 na Câmara e nº 3-66 no Senado, que dispõe sobre a aplicação das verbas orçamentárias destinadas ao desenvolvimento econômico e social, ou a investimentos e das vinculadas ajustes bilaterais, e dá outras providências;

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.257-B-64 na Câmara e nº 112-65 no Senado, que autoriza o Ministério da Agricultura a fazer doação de terreno à Associação Rural de Pedra Leopoldo, para construção de seu Parque de Exposição Agropecuária e Industrial;

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.467-B-64, na Câmara e nº 75-63 no Senado, que altera a redação do art. 35 do Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, que estabelece as bases de organização dos desportos em todo País e dá outras providências;

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV do Regimento Comum, designa a sessão conjunta a realizar-se no dia 25 de maio do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, para a apreciação, sem prejuízo da matéria, para ela já programada, dos seguintes vetos presidenciais:

— ao Projeto de Lei nº 2.257-B-64 na Câmara e nº 112-65 no Senado, que autoriza o Ministério da Agricultura a fazer doação de terreno à Associação Rural de Pedra Leopoldo, para construção de seu Parque de Exposição Agropecuária e Industrial (veto total);

— ao Projeto de Lei nº 2.467-B-64 na Câmara e nº 75-63 no Senado, que altera a redação do art. 35 do Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, que estabelece as bases de organização dos desportos em todo País e dá outras providências (veto total).

Senado Federal, 1º de abril de 1966. — Auro Moura Andrade

ATA DA 29ª SESSÃO,
EM 14 DE ABRIL DE 1966
(Extraordinária)

4ª Sessão Legislativa,
da 5ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. MOURA
ANDRADE

As 19 horas acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
Oscar Passos
Vivaldo Lima
Edmundo Levi
Zacharias de Assumpção
Caitete Pinheiro

SENADO FEDERAL

Eugenio Barros
Victorino Freire
Joaquim Parente
Menezes Pinhinel
Dix-Huit Rosado
Dinarte Mariz
Manoel Vilça
Ruy Carneiro
Domicio Gondim
Barros Carvalho
Pessoa de Queiroz
Ermírio de Moraes
Silvestre Péricles
Heribaldo Vieira
Dylton Costa
Aloysio de Carvalho
Josaphat Marinho

Attilio Fontana
Guido Mondin

Daniel Kruger
Gay da Fonseca

— 43 —

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista da presença acusa o comparecimento de 43 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário leu o seguinte:

**EXPEDIENTE
PARECERES**

Parecer nº 246, de 1966

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 2, de 1963.

Relator: Sr. Bezerra Neto.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado número 2, de 1963, que acrescenta um parágrafo ao art. 67 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social).

Sala das Sessões, 13 de abril de 1966
— Eurico Rezende, Presidente — Bezerra Neto, Relator. — Antônio Carlos.

**ANEXO AO PARECER Nº 246,
DE 1966**

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 2, de 1963, que acrescenta um parágrafo ao art. 67 da Lei nº 3.807, de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 67 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social), é acrescido do seguinte parágrafo:

“Art.

§ 5º Os valores mensais das aposentadorias por invalidez ou por velhice serão, independentemente de qualquer formalidade, reajustados sempre que sejam inferiores ao do salário mínimo regional.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer nº 247, de 1966

Redação final do Projeto de Resolução nº 19, de 1966, que concede aposentadoria a Clarice Sobral Ribeiro Gonçalves, Vice-Diretora-Geral Legislativa, PL-O, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 19, de 1966, nos seguintes termos:

RESOLUÇÃO Nº , DE 1966

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É aposentada com os provenientes correspondentes ao cargo de Diretor-Geral, PL, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, nos termos do art. 191, § 1º da Constituição Federal, combinado com os artigos 345, item IV e 349, da Resolução nº 6, de 1960, e a gratificação adicional a que faz jus, a Vice-Diretora-Geral Legislativa, PL-O, Clarice Sobral Ribeiro Gonçalves.

Sala da Comissão Diretora, em 14 de abril de 1966. — Auro Moura Andrade — Camilo Nogueira da Gama — Dinarte Mariz — Gilberto Marinho — Barros Carvalho — Guido Mondin — Joaquim Parente.

Parecer nº 248, de 1966

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 59, de 1964 (nº 2.564-A, de 1965, na Câmara dos Deputados).

Relator: Sr. Antônio Carlos.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 59, de 1964 (nº 2.564-A, na Câmara dos Deputados), que reduz o prazo para aquisição da nacionalidade brasileira ao natural de país fronteiriço,

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

**DIRETOR-GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA**

**CHEFES DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILLO FERREIRA ALVES**

**CHEFES DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES**

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARS

FUNCIONÁRIOS

	Capital e Interior	Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,-	Cr\$ 89,-	
Ano	Cr\$ 96	Ano	Cr\$ 76,
	Exterior	Exterior	
Ano	Cr\$ 488	Ano	Cr\$ 408;

— Exceituadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão ser tomadas, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

e dá outras providências, emendado na outra Casa do Congresso.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1966. — Eurico Rezende, Presidente. — Antônio Carlos, Relator. — Bezerra Neto.

**ANEXO AO PARECER Nº 248,
DE 1966**

Redação final do Projeto e Lei do Senado nº 59, de 1964, (número 2.564-A-65, na Câmara dos Deputados), que reduz o prazo para aquisição da nacionalidade brasileira ao natural de país fronteiriço, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 9º da Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949, que regula a aquisição, a perda e a reaquisição da nacionalidade, e a perda dos direitos políticos, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º. O prazo de residência, fixado no artigo 8º, nº 1, será reduzido, quando o naturalizando preencher qualquer das seguintes condições:

I — ter filho ou cônjuge brasileiro;

II — ser filho de brasileiro ou brasileira;

III — recomendar-se por sua capacidade profissional, científica ou artística;

IV — ser agricultor ou trabalhador especializado em qualquer setor industrial;

V — ter prestado ou poder prestar serviços relevantes ao Brasil, a juízo do Governo;

VI — ser ou ter sido empregado em missão diplomática ou repartição consular do Brasil, bem como de pessoa jurídica brasileira no exterior, e contar dez anos contínuos de bons serviços;

VII — ser natural de país fronteiriço ao Brasil;

VIII — ter, no Brasil, bem imóvel, do valor mínimo de Cr\$ 2.000.000 (dois milhões de cruzeiros), ser agricultor ou industrial que disponha de fundos de igual valor, ou possuir, cota integralizada de montante pelo menos, idêntico, em sociedade comercial ou civil destinada principal e permanentemente ao exercício da indústria ou da agricultura.

Parágrafo único. A residência será de 1 (um) ano, no caso do nº II; de 2 (dois) anos, nos casos dos números I, VI e VII; e de 3 (três), anos nos demais”.

Art. 2º O item VI do § 1º do artigo 10, da Lei nº 818, de 18 de setembro de 1959, alterada pela Lei nº 3.192, de 4 de julho de 1957, passa a vigorar com a seguinte redação:

“VI certidões ou atestados que provem, quando for o caso, as condições do art. 9º, ns. I e VII”.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer nº 249, de 1966

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1965.

Relator: Sr. Antônio Carlos.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1965, que declara de utilidade pública a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Valença, com sede em Valença, Estado do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1966. — Eurico Rezende, Presidente. — Antônio Carlos, Relator — Bezerra Neto.

**ANEXO AO PARECER Nº 249,
DE 1966**

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1965, que declara de utilidade pública a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Valença, com sede em Valença, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' declarada de utilidade pública a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Valença, com sede em Valença, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer nº 250, de 1966

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1965 (número 235-B-65, na Casa de origem).

Relator: Sr. Antônio Carlos.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1965 (nº 235-B-65, na Casa de origem), que aprova o Acordo Básico de Assistência Técnica assinado, em 29 de dezembro de 1964, na cidade do Rio de Janeiro, entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil, a Organização das Nações Unidas e outros Organismos Internacionais.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1966. — Eurico Rezende, Presidente — Antônio Carlos, Relator — Bezerra Neto.

**ANEXO AO PARECER Nº 250,
DE 1966**

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1965 (número 235-B-65, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº 1, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº
DE 1966**

Aprova o Acordo Básico de Assistência Técnica assinado, em 29 de dezembro de 1964, na cidade do Rio de Janeiro, entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil, a Organização das Nações Unidas e outros Organismos Internacionais.

Art. 1º E' aprovado o Acordo Básico de Assistência Técnica assinado, em 29 de dezembro de 1964, na cidade do Rio de Janeiro, entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e a Organização das Nações Unidas, a Organização Internacional do Trabalho, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a Organização de Aviação Civil Internacional, a Organização Mundial de Saúde, a União Internacional de Telecomunicações, a Organização Meteorológica Mundial, a Agência Internacional de Energia Atômica e a União Postal Universal, membros da Junta de Assistência Técnica.

Art. 2º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer nº 251, de 1966

Redação final do Projeto de Resolução nº 18, de 1966, que concede aposentadoria a Alcides de Oliveira, Adjunto de Porteiro, PL-7, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 18, de 1966, nos seguintes termos:

RESOLUÇÃO Nº 18, DE 1966

O Senado Federal resolve:

Artigo único. E' aposentado, nos termos do art. 1º da Resolução número 37, de 23 de novembro de 1962, combinado com os artigos 5º da Lei nº 289, de 8 de junho de 1948; 1º da Resolução nº 16, de 1963; e 345, item IV da Resolução nº 6, de 1966, no cargo de Porteiro, PL-6, com os provimentos de Chefe da Portaria, PL-3, e a gratificação adicional a que faz jus, o Adjunto de Porteiro, PL-7, do Quadro da Secretaria do Senado Federal. Adjunto de Oliveira.

Cópia da Comissão Diretora, 14 de abril de 1966. — Auro Moura Andrade. — Camilo Nogueira da Gama. — Damião Moriz. — Gilberto Marinho. — Patrício de Carvalho. — Joaquim Parente. — Guido Mondin.

Parecer nº 252, de 1966

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 51, de 1965, que amplia vantagens constantes do art. 180 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Relator: Sr. Bezerra Neto.

Atendendo à melhor técnica legislativa a Comissão acrescenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 51, de 1965, com novo texto sem, no entanto, alterar-lhe a substância.

Cópia das Sessões, 13 de abril de 1966. — Eurico Rezende, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Antônio Carlos.

ANEXO AO PARECER Nº 252, DE 1966

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 51, de 1965, que altera o artigo 7º da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Fundamentos Públicos Civis da União).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 7º da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Fundamentos Públicos Civis da União) passa a vigorar acrescido do inciso e parágrafo seguinte:

“XXXI — Licença, até o limite máximo de 2 (dois) anos, ao funcionário acometido de moléstia consternada no art. 104 e outras disposições em lei.

Parágrafo único. A licença prevista no inciso XXXI será considerada como de efetivo exercício apenas no que se refere à concessão das vantagens consignadas no art. 180 desta lei.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer nº 253, de 1966

Redação final do Projeto de Resolução nº 52, de 1965

Relator: Sr. Bezerra Neto.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 52, de 1965, que suspende, nas partes que menciona, a execução da Constituição do Ato das Disposições Constitucio-

nais Transitórias do Estado de São Paulo.

Sala das Sessões, 13 de abril de 1966. — Eurico Rezende, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Antônio Carlos.

ANEXO AO PARECER Nº 253, DE 1966

Redação final do Projeto de Resolução nº 52, de 1965

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64 da Constituição Federal, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 52 DE 1966

Suspender, nas partes que menciona, a execução da Constituição e do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias do Estado de São Paulo.

Art. 1º E' suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida, em 3 de outubro de 1947, pelo Supremo Tribunal Federal, na Representação nº 96, a execução do art. 4º, § 2º do art. 16, alínea I do art. 21, alínea d do art. 42, parágrafo único do art. 44, § 1º do art. 45, alíneas a, b e d do art. 65, art. 68, § 1º do art. 77, arts. 85 e 87 e parágrafo único do art. 146 da Constituição e inciso I do art. 3º (quarto à nomeação de Prefeitos), art. 2º e alínea f do art. 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, do Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer nº 254, de 1966

Redação final do Projeto de Resolução nº 17, de 1966.

Relator: Sr. Bezerra Neto.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 17, de 1966, que suspende a execução das Leis ns. 2.361, 2.363, 2.364, 2.365 e 2.366, todas de 5 de dezembro de 1962, do Estado do Piauí.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1966. — Eurico Rezende, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Antônio Carlos.

ANEXO AO PARECER Nº 254, DE 1966

Redação final do Projeto de Resolução nº 17, de 1966.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64 da Constituição Federal, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 17 DE 1966

Suspender a execução das Leis ns. 2.361, 2.362, 2.363, 2.364, 2.365 e 2.366, todas de 5 de dezembro de 1962, do Estado do Piauí.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º E' suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em 10 de novembro de 1955, na Representação nº 575, a execução das Leis ns. 2.361, 2.363, 2.364, 2.365 e 2.366, todas de 5 de dezembro de 1962, do Estado do Piauí.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está finda a leitura do Expediente.

Sobre a Mesa, comunicação que vai ser lida.

E' lida a seguinte:

COMUNICAÇÃO

Em 13 de abril de 1966.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, de acordo com o disposto no art. 38 do Regimento Interno, que me ausentarei do país, a partir do dia 18 do corrente, a fim de visitar a República da China, e convite do Governo daquele país. — Heribaldo Vieira.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Há orador inscrito.

Tem a palavra o nobre Senador Eugênio Barros. (Pausa).

S. Exº desiste da palavra. (Pausa). Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1966 (nº 1.636-B-63 na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 29.441.000.000 (vinte e nove bilhões, quatrocentos e quarenta e um milhões de cruzetos), para atender as despesas que específica, tendo parecer favorável, nº 207, de 1966, da Comissão de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa). Não havendo quem peça a palavra declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovaram queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado. Iri a sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 1966

(Nº 1.035-B, de 1963, na origem)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 29.441.000.000 (vinte e nove bilhões, quatrocentos e quarenta e um milhões de cruzetos), para atender as despesas que especifica

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, em favor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o crédito especial de Cr\$ 29.441.000.000 (vinte e nove bilhões, quatrocentos e quarenta e um milhões de cruzetos), destinado a atender às despesas com a execução das Leis ns. 3.987, de 5 de outubro de 1961, e 4.069, de 11 de junho de 1962, e à subvenção das reservas financeiras da autarquia na execução do “Plano Trienal 1963-1965”, inclusive indenização ao DNER, nas seguintes rodovias:

1) Encargos decorrentes das Leis números 3.967-61 e 4.069, de 1963	3.000.000.000
2) BR-030 — Trecho Brumado-Maraú ..	4.334.529.500
3) BR-101 — Natal-Feira de Santana-Feira de Santana-Rio de Janeiro..	551.000.000
4) BR-116 — Fortaleza-Feira de Santana-Volta Redonda-São Paulo ..	2.480.000.000
5) BR-135 — S. Luis-Peritoró ..	2.597.000.000
6) BR-163 — Rio Brilhante-Rondonópolis ..	90.000.000
7) BR-232 — Recife-Salgueiro ..	650.000
8) BR-262 — Vitória-Uberaba ..	3.245.000.000
9) BR-267 — Presidente Epitácio-Rio Brilhante ..	411.000.000
10) BR-277 — Paranaguá-Foz do Iguaçu ..	2.275.000.000
11) BR-285 — Vacaria-São Borja ..	403.000.000
12) BR-293 — Pôrto Alegre-Uruguaiana ..	253.000.000
13) PR-304 — Natal-Esqueleirão do Césario ..	40.160.000
14) BR-319 — Pôrto Velho-Arariá ..	16.000.000
15) BR-364 — Cuiabá-Pôrto Velho ..	823.400.000
16) BR-455 — Ipatinga-Brumado ..	4.500.000.000
17) ER-112 — Rio de Janeiro-Volta Redonda ..	225.000.000
18) BR-118 — Cuiabá-Divisa PR-SC ..	60.000.000
Total	29.441.000.000

6) BR-163 — Rio Brilhante-Rondonópolis ..	90.000.000
7) BR-232 — Recife-Salgueiro ..	650.000
8) BR-262 — Vitória-Uberaba ..	3.245.000.000
9) BR-267 — Presidente Epitácio-Rio Brilhante ..	411.000.000
10) BR-277 — Paranaguá-Foz do Iguaçu ..	2.275.000.000
11) BR-285 — Vacaria-São Borja ..	403.000.000
12) BR-293 — Pôrto Alegre-Uruguaiana ..	253.000.000
13) PR-304 — Natal-Esqueleirão do Césario ..	40.160.000
14) BR-319 — Pôrto Velho-Arariá ..	16.000.000
15) BR-364 — Cuiabá-Pôrto Velho ..	823.400.000
16) BR-455 — Ipatinga-Brumado ..	4.500.000.000
17) ER-112 — Rio de Janeiro-Volta Redonda ..	225.000.000
18) BR-118 — Cuiabá-Divisa PR-SC ..	60.000.000
Total	29.441.000.000

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade)

Discussão em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1963, nº 3.836-B, de 1962, na Casa de origem, que retifica a Lei nº 3.855, de 18 de dezembro de 1960, que cria Coletores Federais em diversos municípios dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso, Piauí, Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo, e dá outras providências, tendo parecer favorável sob nº 237, de 1962, da Comissão de Serviço Públ. Cív. com a emenda que oferece sob nº 1-CSN.

Em discussão o projeto com a emenda. (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra declaro encerrada a discussão.

Em votação o projeto sem prejuízo da emenda.

Os Senhores Senadores que o aprovaram queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 1966

(Nº 3.836-B, de 1962, na Casa de origem)

Retifica a Lei nº 3.855, de 18 de dezembro de 1960, que cria Coletores Federais em diversos municípios dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso, Piauí, Rio de Janeiro, Pernambuco e São Paulo, e dá outras providências

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º No art. 1º da Lei nº 3.855, de 18 de dezembro de 1960, onde estão enumerados os municípios do Estado da Bahia, é feita a seguinte retificação:

Onde se lê:

“Ibocarai” e “Coara”.

Leia-se, respectivamente:

“Ibicarai” e “Coaraci”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade). — Em votação a emenda.

Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

A matéria vai à Comissão de Relação.

E a seguinte a emenda aprovada:

EMENDA N° 1-OSPC

Ao artigo 1º

Dé-se ao art. 1º do projeto, a seguinte redação:

"Art. 1º As expressões: Ibicarai e Cpará, constantes do art. 1º da Lei nº 3.855, de 18 de dezembro de 1960, são retificadas para Ibicarai e Ccaraci, respectivamente".

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade).

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1966 (nº 4.845-B-62, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.623.466 para o fim que especifica, tendo parecer favorável, sob nº 216, de 1966, da Comissão de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa)

Nenhum dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra encerra a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram conservar-se sentados. (Pausa)

Está aprovado.

O projeto vai à sanção.

E o seguinte o projeto aprovado.

PROJETO DE LEI DA CAMARA N° 14, DE 1966

(nº 4.845-B-62, na Casa de origem.) Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.623.466 (dois milhões, seiscentos e vinte e três mil, quatrocentos e sessenta e seis cruzeiros) para o fim que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$... 2.623.466 (dois milhões, seiscentos e vinte e três mil, quatrocentos e sessenta e seis cruzeiros), para o fim de encaminhar ao pagamento de vencimentos e vantagens, referentes aos exercícios de 1960 e 1961, do pessoal do Conselho Coordenador do Abastecimento.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade).

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo número 3, de 1966, originário da Câmara dos Deputados (nº 193-A-64, na Casa de origem), que autoriza o Tribunal de Contas da União a registrar o contrato celebrado, em 2 de janeiro de 1964, entre a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Rio Grande do Sul e o Senhor Giacomo Rossi,

para locação de imóvel destinado à instalação e funcionamento da Coletoria Federal em Caxias do Sul, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 235 e 236, de 1966, das Comissões de Constituição e Justiça, e de Finanças.

Em discussão.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar discuti-lo, irei declarar encerrada a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram conservar-se sentados. (Pausa)

Está aprovado.

Val à Comissão de Redação.

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 3, DE 1966

(nº 193-A-64, na Câmara dos Deputados)

Autoriza o Tribunal de Contas da União a registrar o contrato celebrado, em 2 de janeiro de 1964, entre a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Rio Grande do Sul e o Senhor Giacomo Rossi, para locação de imóvel destinado à instalação e funcionamento da Coletoria Federal em Caxias do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Tribunal de Contas da União autorizado a registrar o contrato celebrado, em 2 de janeiro de 1964, entre a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Rio Grande do Sul e o Senhor Giacomo Rossi, para locação de imóvel destinado à instalação e funcionamento da Coletoria Federal em Caxias do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade).

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1966 (nº 3.378-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Ministério da Viação e Obras Públicas a proceder à revisão das vantagens, benefícios e regalias dos trabalhadores de diversas categorias que influem na composição do custo operacional do transporte marítimo e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$... 2.623.466 (dois milhões, seiscentos e vinte e três mil, quatrocentos e sessenta e seis cruzeiros), para o fim de encaminhar ao pagamento de vencimentos e vantagens, referentes aos exercícios de 1960 e 1961, do pessoal do Conselho Coordenador do Abastecimento.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade).

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo número 3, de 1966, originário da Câmara dos Deputados (nº 193-A-64, na Casa de origem), que autoriza o Tribunal de Contas da União a registrar o contrato celebrado, em 2 de janeiro de 1964, entre a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Rio Grande do Sul e o Senhor Giacomo Rossi,

para locação de imóvel destinado à instalação e funcionamento da Coletoria Federal em Caxias do Sul, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 235 e 236, de 1966, das Comissões de Constituição e Justiça, e de Finanças.

Em discussão.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar discuti-lo, irei declarar encerrada a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

cer mencionado, importa, de qualquer modo, em arquivamento da proposição medida que também pode ser expressamente sugerida pelas Comissões — (Reg. Int., art. 136, § 1º):

— opina pelo arquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1966. Sala das Comissões, em 14 de abril de 1966.

Está assinado pelo Senador Milton Campos, Presidente e pelos demais membros da Comissão. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — E discussão o projeto. (Pausa).

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação o último parecer da

Os Srs. Senadores que aprovam Comissão de Constituição e Justiça, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado. O projeto será arquivado.

E o seguinte o projeto que será arquivado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA N° 18, DE 1966

(nº 3.378-B-65, na Casa de origem)

Autoriza o Ministério da Viação e Obras Públicas a proceder à revisão das vantagens, benefícios e regalias dos trabalhadores de diversas categorias que influem na composição do custo operacional do transporte marítimo, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o MVOP autorizado a proceder à revisão das vantagens, benefícios e regalias em cujo gôzo se acham os trabalhadores marítimos, portuários, estivadores, conferentes e concertadores de carga e descarga, vigias portuários e outras categorias que influem na composição do custo operacional do transporte marítimo.

Art. 2º Para execução do disposto no artigo anterior, o MVOP efetuará o imediato levantamento das vantagens, benefícios e regalias não previstos expressamente em lei, e, uma vez obtida a concordância do Conselho Superior do Trabalho Marítimo, que se pronunciará no prazo de trinta dias, baixará os atos fundamentais para o respectivo cancelamento ou

enquadramento nas disposições legais vigentes.

Art. 3º Os Conferentes-Chefes, os Concertadores-Chefes e os Ajudantes não podem ser empregados, simultaneamente, em mais de um navio, em operação de carga e descarga.

Art. 5º Os níveis salariais das categorias de trabalhadores referidas nesta Lei serão estabelecidos, sempre que possível, em harmonia com os níveis de remuneração da mão-de-obra equivalente no mercado nacional de trabalho.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional se reunirá hoje às 21 horas e 30 minutos, para a discussão e votação do voto presidencial.

Nada mais havendo que tratar vou encerrar a sessão, designando, para a de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão em 15 de abril de 1966 (Sexta-feira)

1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 37, DE 1965

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 158-A-64, na Casa de origem), que mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas da União ao registro dos contratos celebrados entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e 429 adquirentes de glebas de terra situadas em área da Southern Brazil Lumber and Colonization Company, tendo Pareceres Favoráveis (sob ns. 225 e 226, de 1966) das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está encerrada a sessão.

Encerra-se a sessão às 19 horas e 15 minutos)

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

ATO DO SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO

PORTARIA N° 8, DE 1966

O Primeiro Secretário, no uso de suas atribuições, resolve designar, nos termos do art. 222 da Resolução nº 6, de 1960, os Redatores de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2, Aloisio Barbosa de Souza, Luiz Fernando de Sá Mendes Vianna e Roberto Velloso para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de Inquérito encarregada de apurar fal-

tas ao serviço de Mário Jager, Auxiliar de Limpeza.

Secretaria do Senado Federal, 14 de abril de 1966. — Dinalce Mariz, 1º Secretário.

PORTARIA N° 23, DE 14 DE ABRIL

PORTARIA N° 23, DE 14 DE ABRIL DE 1966

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições resolve designar Francisco Marinho Bandeira de Mello Júnior, Auxiliar Legislativo, PL-10, para ter exercício na Diretoria do Patrimônio.

Secretaria do Senado Federal, 14 de abril de 1966. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE MARÇO DE 1966

Presidente: Senador Jefferson de Aguiar.

Secretário: José Soares de Oliveira Filho.

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

PLC. nº 8 de 1966, que transforma em Fundação a atual Casa de Rui Barbosa e dá outras providências — Senador José Guimard — Favorável. Aprovado em 16 de março de 1966.

PLC. nº 16 de 1966, que concede isenção de tributos para importação de bens de produção destinados ao equipamento e modernização da indústria de veículos automotores e de autopartes — Senador Bezerra Neto

Favorável. Aprovado em 16 de março de 1966. — Projeto de Lei da Câmara nº 11 de 1966, que efetiva a incorporação da Escola Nacional de Piscinas à Universidade Federal do Paraná e dá outras providências. — Senador José Ermírio — Favorável, com uma emenda. Aprovado a 18 de março de 1966.

PLC nº 17 de 1966, que altera o Quadro da Secretaria do Tribunal de Recursos e dá outras providências — Senador Wilson Gonçalves — Favorável com uma emenda. Aprovado, em 22 de março de 1966.

SÍNTSE

Reuniões 3
Pareceres 5
Distribuições 6

Brasília, 1 de abril de 1966.

COMISSÃO DE FINANÇAS
RELATÓRIO CORRESPONDENTE
AO MÊS DE MARÇO DE 1966

Presidente: Senador Argeniro de Figueiredo.

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

Projeto Decreto Legislativo número 108-64 — Mantém ato do Tribunal de Contas denegatório de registro do contrato de compra e venda celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, como outorgante vendedora e João Antônio Ferreira Souto, como outorgado comprador — Senador Pessoa de Queiroz — Parecer favorável. Aprovado.

Em 29-3-66

Projeto Decreto Legislativo nº 37-66 — Mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas ao registro dos contratos celebrados entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e 42 adquirentes de glebas de terra situadas em área da Southern Brazil Lumber and Colonization Company — Senador Victorino Freire — Parecer favorável. Aprovado.

Em 29-3-66

Projeto Decreto Legislativo número 48-66 — Mantém decisão do Tribunal de Contas denegatória do registro de termo de contrato celebrado entre a União Federal e o Banco de Crédito da Amazônia S.A., para constituição de aforamento de freno de marinha e acrescido de marinha situado em Belém, Estado do Pará — Senador Wilson Gonçalves — Parecer favorável. Aprovado.

Em 29 de março de 1966

Projeto Decreto Legislativo nº 51-66 — Revoga o ato do Tribunal de Contas que negou registro ao contrato celebrado entre o Departamento de Correios e Telégrafos e o Senhor Mikhail Naim Sayeg para locação de imóvel — Senador Pessoa de Queiroz — Parecer favorável — Aprovado.

Projeto Decreto Legislativo número 56-66 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro do contrato de compra e venda celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, e "Pinho e Terras Limitada", como outorgada compradora — Senador Bezerra Neto — Parecer favorável. Aprovado.

Em 29 de março de 1966

Projeto Decreto Legislativo número 3-66 — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato celebrado, em 2 de janeiro de 1964, entre a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Rio Grande do Sul e o Senhor Giacomo Rossi para locação de imóvel destinado à instalação e funcionamento da Coletoria Federal

em Caxias do Sul — Senador Bezerra Neto — Parecer favorável. Aprovado.

Em 29 de março de 1966
Projeto Decreto Legislativo número 4-66 — Aprova o contrato celebrado entre a SPVEA e a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, para aplicação da verba de Cr 10.000.000 — dotação de 1966 — destinada ao prosseguimento dos serviços de abastecimento de águas nas sedes de municípios do Estado do Amazonas — Senador Wilson Gonçalves — Parecer favorável. Aprovado.

Em 29 de março de 1966
Projeto de Lei da Câmara número 162-65 — Altera o artigo 95, § 3º, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional) — Senador Wilson Gonçalves — Parecer contrário. Aprovado.

Em 29 de março de 1966
Projeto de Lei da Câmara número 230-65 — Assegura recurso cambial à Petrobrás — Senador Victorino Freire — Parecer contrário. Aprovado.

Em 29 de março de 1966

Projeto de Lei da Câmara número 306-65 — Isenta dos impostos de importação e consumo e da taxa de despacho aduaneiro os jens dos imigrantes e dá outras providências — Senador Pessoa de Queiroz — Parecer favorável. Aprovado.

Em 29 de março de 1966
Projeto de Lei da Câmara número 320-65 — estende aos trabalhadores avulsos o direito a férias — Senador Bezerra Neto — Parecer favorável ao Substitutivo da Comissão de Legislação Social. Aprovado.

Em 29 de março de 1966
Projeto de Lei da Câmara número 12-66 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de ... Crs 2.400.000, para atender às despesas com o oferecimento de uma estátua de Tiradentes ao Povo e ao Governo da República dos Estados Unidos do México e de uma outra de Castro Alves ao Povo e ao Governo da República do Peru — Senador Wilson Gonçalves — Parecer solicitando audiência da Comissão de Constituição e Justiça. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara nº 9 de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Crs 29.441.000.000 (vinte e nove bilhões, quatrocentos e sessenta e um milhões de cruzados), para atender às despesas que especifica. — Senador Manoel Villaca. — Parecer favorável. Aprovado.

Em 29-3-66
Projeto de Lei da Câmara nº 14 de 1966 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Crs 2.623.466 (dois milhões, seiscentos e vinte e três mil, quatrocentos e sessenta e seis cruzados), para o fim que especifica. — Senador Wilson Gonçalves. — Parecer favorável. — Aprovado.

Em 29-3-66
Projeto de Decreto Legislativo nº 57 de 1966 — Mantém decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Estado maior do Exército e o Senhor Nelson Pimenta, para desempenhar da função de Cartógrafo. — Senador Manoel Villaca. — Parecer favorável. — Aprovado.

Em 29-3-66
Projeto de Lei da Câmara nº 17 de 1966 — Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos e dá outras providências. — Senador Atílio Fontana. — Parecer favorável. — Aprovado.

Em 29-3-66.

Projeto de Lei da Câmara nº 16 de 1966 — Concede isenção de tributos para importação de bens de produção destinados ao reequipamento e modernização da indústria de veículos automotores e de autopartes. — Senador Victorino Freire. — Parecer favorável com emenda. O Senador Atílio Fontana assina com restrições. Aprovado.

Em 29-3-66.

Projeto de Lei da Câmara nº 22 de 1966 — Isenta do imposto de importação equipamentos destinados à Comercial Paulista Importadora e Exportadora Ltda. para a instalação de uma fábrica de bulbos de vidro para cinescópio. — Senador Manoel Villaca. — Parecer favorável. — Aprovado.

Em 29-3-66.

Projeto de Lei da Câmara nº 19 de 1966 — Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento telefônico importado digo importado pela Telefônica de Curvelo S. A. — Senador Atílio Fontana. — Parecer favorável. — Aprovado.

Em 29-3-66.

Projeto de Lei da Câmara nº 20 de 1966 — Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, equipamento para perfuração de poços e localização de água, importado pela CASOL. — Senador Manoel Villaca. — Parecer favorável. — Aprovado.

Em 29-3-66.

Projeto de Lei da Câmara nº 21 de 1966 — Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, um computador eletrônico importado pela VARIG. — Senador Victorino Freire. — Parecer favorável. — Aprovado.

Em 29-3-66.

Projeto de Lei do Senado nº 46 de 1964 — Dispõe sobre a elaboração de projeto para construção de usina hidrelétrica no Pôrto de Tubarão, Vitoria, no Espírito Santo. (Apres. pelo Senador Antônio Carlos). — Senador Victorino Freire. — Parecer favorável. — Aprovado.

Em 29-3-66.

Projeto de Decreto Legislativo nº 8 de 1965 — Mantém decisão do Tribunal de Contas da União, denegatória ao registro de concessão de reforma a Expedição Flor, calculada no posto de Tenente-Coronel superior ao devido. — Senador Pessoa de Queiroz. — Parecer favorável ao substitutivo da Comissão de Justiça. — Aprovado.

Em 29-3-66.

Projeto de Decreto Legislativo nº 23 de 1965 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Crs 2.623.466 (dois milhões, seiscentos e vinte e três mil, quatrocentos e sessenta e seis cruzados), para o fim que especifica. — Senador Manoel Villaca. — Parecer favorável. Aprovado.

Em 29-3-66.

Projeto de Lei da Câmara nº 314-63, que autoriza a venda de imóveis da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, desnecessários aos seus serviços — Senador Eugênio Barros.

Pela rejeição.

Aprovado, em 24 de março de 1966.

Projeto de Lei do Senado nº 56-65, que altera o § 3º do Decreto-lei nº 4.014, de 13 de janeiro de 1942. — Senador José Leite.

Pelo arquivamento.

Aprovado, em 24 de março de 1966.

Projeto de Lei da Câmara nº 242, de 1965

Ementa: Assegura franquia postal e telegráfica aos parlamentares e dá outras providências.

Ao Senador Ruy Carneiro

PROJETO DE LEI DA CAMARA

Nº 307, DE 1965
Ementa: Dispõe sobre irradiações em idioma estrangeiro.

Ao Senador Eugênio Barros

Em 10 de março de 1966

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 67, DE 1965

Ementa: Autoriza a emissão de selo postal, em comemoração do cinquentenário da morte de José Veríssimo

Ao Senador Arnon de Melo

Em 18 de março de 1966

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 68, DE 1965

Ementa: Altera normas de elaboração estatística do Sistema Nacional de Transportes e dá outras providências.

Brasília, 1º de abril de 1966.

SÍNTSE

Reuniões 2

Pareceres 3

Ofícios Expedidos 1

Projetos Distribuídos 3

Projetos Redistribuídos 1

Brasília, 1º de abril de 1966.

vidências — Senador Oscar Passos

— Pela aprovação.

Aprovado, em 16 de março de 1966.

DISTRIBUIÇÃO

Ao Senador Silvestre Péricles.

Em 18 de março de 1966

Requerimento nº 38, de 1966

Ementa: Solicitando ao Ministério da Guerra, informações sobre as despesas efetuadas com tropas do Exército em diversas regiões do País e no Exterior.

Brasília, 1º de abril de 1966.

SÍNTSE

Reuniões 2

Pareceres 1

Ofícios Expedidos 1

Requerimentos Distribuídos 1

Brasília, 1º de abril de 1966.

COMISSÃO DE TRANSPORTES,
COMUNICAÇÕES E OBRAS
PÚBLICASRELATÓRIO CORRESPONDENTE
AO MÊS DE MARÇO DE 1966

Presidente: Senador Dix Hult Rosado.

Secretário: Carmelita de Sousa.

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

Projeto de Lei do Senado nº 72-64, que dispõe sobre a contratação de obras e serviços pelo Poder Público com nações ou entidades estrangeiras e com organizações internacionais e dá outras providências — Senador José Leite.

Pela aprovação do substitutivo da Comissão de Justiça.

Aprovado, em 24 de março de 1966.

Projeto de Lei do Senado nº 56-65, que altera o § 3º do Decreto-lei nº 4.014, de 13 de janeiro de 1942. — Senador José Leite.

Pelo arquivamento.

Aprovado, em 24 de março de 1966.

Projeto de Lei da Câmara nº 314-63, que autoriza a venda de imóveis da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, desnecessários aos seus serviços — Senador Eugênio Barros.

Pela rejeição.

Aprovado, em 24 de março de 1966.

DISTRIBUIÇÃO

Ao Senador José Leite

Em 18 de março de 1966 (Redistribuído).

PROJETO DE LEI DA CAMARA

Nº 242, de 1965

Ementa: Assegura franquia postal e telegráfica aos parlamentares e dá outras providências.

Ao Senador Ruy Carneiro

PROJETO DE LEI DA CAMARA

Nº 307, DE 1965

Ementa: Dispõe sobre irradiações em idioma estrangeiro.

Ao Senador Eugênio Barros

Em 10 de março de 1966

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 67, DE 1965

Ementa: Autoriza a emissão de selo postal, em comemoração do cinquentenário da morte de José Veríssimo

Ao Senador Arnon de Melo

Em 18 de março de 1966

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 68, DE 1965

Ementa: Altera normas de elaboração estatística do Sistema Nacional de Transportes e dá outras providências.

Brasília, 1º de abril de 1966.

SÍNTSE

Reuniões 2

Pareceres 3

Ofícios Expedidos 1

Projetos Distribuídos 3

Projetos Redistribuídos 1

Brasília, 1º de abril de 1966.

COMISSÃO DE SAÚDE

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE MARÇO DE 1966

Presidente: Senador Sigefredo Pacheco.

Secretário: Alexandre M. A. Mello.

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

PLS nº 58, de 1965, que dispõe sobre o ensino da Fuericultura, como disciplina dos cursos das Escolas Normais. — Senador Miguel Couto. — Favoravelmente a aprovação do Projeto.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE MARÇO DE 1966

Presidente: Senador Menezes Pimentel.

Secretário: Aracy O'Reilly de Souza.

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

PLC nº 322, de 1965 — Estabelece o número de estrelas que devem figurar na Bandeira Nacional. — Senador José Leite. — Favorável. Aprovado em 17-3-66.

PDL nº 45, de 1965 — Aprova o texto do Acordo Básico de Assistência Técnica assinado entre o Governo dos Estados Unidos e a Organização das Nações Unidas e suas agências especializadas, no Rio de Janeiro, Guanabara, aos 23 do mês de dezembro de 1964. — Ao Senador José Leite. — Favorável. Aprovado em 17-3-66.

PDL nº 162, de 1965 — Altera o artigo 05, § 3º, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional). — Senador José Leite. — Contrário. Aprovado em 17-3-66.

PLS nº 57, de 1965 — Denomina Dia da Independência a data de sete de setembro e traça normas para sua comemoração. — Senador Mello Braga. — Favorável. — Aprovado em 17-3-66.

PLS nº 16, de 1965 — Cria crédito especial às Cooperativas de Consumo de Sindicatos de Trabalhadores e de Estudantes. — Senador Mello Braga. — Contrário. — Aprovado em 17 de março de 1966.

PLS nº 66, de 1965 — Declara de utilidade pública a Fundação Pestalozzi, sediada em Belém, Estado do Pará. — Senador Gay da Fonseca. — Favorável. — Aprovado em 17 de março de 1966.

PLC nº 307, de 1965 — Dispõe sobre irradiações em idioma estrangeiro. — Senador Gay da Fonseca. — Favorável. — Aprovado em 17 de março de 1966.

PLS nº 52, de 1965 — Isenta de prestação de exames de suficiência os professores com mais de 10 anos de magistério. — Senador Antonio Balbino. — Contrário. — Aprovado em 17 de março de 1966.

PLC nº 15, de 1966 — Disciplina a cobrança de anuidades escolares e dá outras providências. — Senador Josaphat Marinho. — Parecer preliminar pela diligência ao Conselho Federal de Educação. — Aprovado em 24-3-66.

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sen. Gay da Fonseca:
PLC nº 307, de 1965 — Dispõe sobre irradiações em idioma estrangeiro.

Dist. — em 15-3-66.
PLS nº 66, de 1965 — Declara de utilidade pública a Fundação Pestalozzi do Pará, sediada em Belém, Estado do Pará.

Dist. — em 17-3-66.
Ao Senador Antonio Balbino.

PLS nº 52, de 1965 — Isenta de prestação de exames de suficiência os professores com mais de dez anos de magistério.

Dist. — em 17-3-66.

Ao Senador Mello Braga.
PLS nº 57, de 1965 — Denomina Dia da Independência a data de sete de setembro e traça normas para sua comemoração.

Dist. — em 17-3-66.

PLS nº 16, de 1965 — Cria crédito especial às Cooperativas de Consumo de Sindicatos de Trabalhadores e de Estudantes.

Dist. — em 17-3-66.

Ao Senador José Leite.

PLC nº 322, de 1965 — Estabelece o número de estrelas que devem figurar na Bandeira Nacional.

Dist. — em 18-3-66.

PDL nº 45, de 1965 — Aprova o texto do Acordo Básico de Assistência Técnica assinado entre o Governo dos Estados Unidos e a Organização das Nações Unidas e suas agências especializadas, no Rio de Janeiro, Guanabara, aos 23 do mês de dezembro de 1964.

Dist. — em 18-3-66.

Ao Senador Josaphat Marinho.

PLC nº 15, de 1966 — Disciplina a cobrança de anuidades escolares e dá outras providências.

Dist. — em 15-3-66.

SÍNTESE

Número de Reuniões Realizadas 3
Número de Projetos Relatados 9
Número de Projetos Distribuídos 14

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO E CIVIL

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE MARÇO DE 1966

Presidente: — Senador Vasconcelos Tôrres.

Secretário: J. Ney Passos Dantas.
Assessor: Dr. Pedro Cavalcanti.

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

1 — Projeto de Lei da Câmara nº 329, de 1965 (nº 2.860-C-65, na Casa de origem), que "estende aos agentes fiscais do imposto de renda o direito previsto no art. 96 da Lei nº 4.502, de 20 de novembro de 1964." — Senador Adalberto Sena — Parecer, pela aprovação, com a emenda de nº 1-CSPC, que apresenta. Aprovado, em 30-3-66.

2 — Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1966 (nº 3.836-B-62, na Casa de origem), que "retifica a Lei nº 3.855, de 18 de dezembro de 1930, que 'Cria Coletores Federais em diversos Municípios dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, Bahia, Minas Gerais, Parapá, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo, e dá outras providências.'

— Senado Victorino Freire — Parecer, pela aprovação, com a emenda de nº 1-CSPC. Aprovado, em 30-3-66.

3 — Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 1965 (nº 1.642-B-64, na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre o pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias a servidores públicos civis, assegurados por sentenças concessivas de mandados de segurança, e dá outras providências."

— Senador Victorino Freire — Parecer favorável. Aprovado em 30-3-66.

4 — Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1964, que "Reconhece a profissão de Sociólogo, e dá outras providências." — Senador Victorino Freire — Parecer, pela aprovação das subemendas apresentadas pelas Comissões de Finanças e de Educação e Cultura. Aprovada, em 30-3-66.

DISTRIBUIÇÃO

Em 25-3-66

Avocados pelo Sr. Senador Adalberto Sena, no exercício eventual da Presidência:

— Projeto de Lei da Câmara número 18, de 1963, que "Cria Juntas de Conciliação e Julgamento na 2ª Região da Justiça do Trabalho com sedes nas Comarcas que especifica.

— Projeto de Lei da Câmara número 47, de 1964, que "Concede aos servidores das Estradas de Ferro Santos — Jundiaí e Leopoldina a faculdade de optarem pela qualificação de funcionários, e dá outras providências."

Ao Sr. Senador Sigefredo Pacheco:

— Projeto de Lei da Câmara número 157, de 1965, que "Dá nova redação aos parágrafos 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962 (que elevou o antigo Território do Acre à categoria de Estado)."

— Projeto de Lei da Câmara número 29, de 1966, que "Retifica a denominação de cargo da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, constante da Lei nº 4.279, de 4 de novembro de 1963."

Em 30-3-66

Ao Sr. Senador Adalberto Sena:
— Projeto de Lei da Câmara número 33, de 1966, que "Cria uma Junta de Conciliação e Julgamento em Santo André, Estado de São Paulo, e dá outras providências."

RESUMO DOS TRABALHOS

Número dos Membros da Comissão — 7 (sete);

Número de Reuniões — 2 (duas);

Número de Projetos Distribuídos — 5 (cinco);

Número de Projetos Relatados — 4 (quatro);

Números de Projetos em Tramitação — 6 (seis);

Número de Ofícios Expedidos — 1 (um).

Senado Federal, 31 de março de 1966. — J. Ney Passos Dantas, Auxiliar Legislativo. PL-7, Secretário da Comissão de Serviço Público Civil.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE MARÇO DE 1966

Presidente: Senador Vivaldo Lima.
Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

PLC nº 154, de 1965 — Altera a Lei nº 4.299 de 23 de dezembro de 1963 e dá outras providências — Sen. José Leite — Favorável. Aprovado em 23-3-66.

PLS nº 82 de 1964 — Dispõe sobre a instalação, na cidade de Recife, no Estado de Pernambuco, de refinaria de petróleo e usina de fertilizantes nitrogenadas e dá outras providências — Sen. Adolpho Franco — Favorável, apresentando uma emenda supressiva ao art. 4º. Aprovado em 23-3-66.

PLS nº 1, de 1966 — Dispõe sobre o financiamento a agricultores e criadores não cadastrados pelo IBRA e dá outras providências. — Sen. Domicio Gondim — Favorável ao Projeto e contrário à emenda da Comissão de Agricultura.

Reuniões Realizadas — 2 (duas);

Projetos Relatados — 3 (três);

Projetos Distribuídos — 2 (dois).

Cláudio I. C. Leal Neto, Secretário.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE MARÇO DE 1966

Presidente: Senador Silvestre Péricles.

Secretário: Alexandre M. A. Melo.

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

PLC nº 313, de 1965, que concede à empresa TV Rádio Nacional de Brasília o auxílio no valor de Cr\$ 10.000.000. (dez milhões de cunhados). — Senador Heribaldo Vieira — Favoravelmente a aprovação do projeto.

Indicação nº 1, de 1963, que indica à Comissão do Distrito Federal o exame dos problemas atinentes ao Plano de Ensino para Brasília. — Senador Eurico Rezende — favoravelmente à aprovação da indicação.

COMISSÃO DE ECONOMIA

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE MARÇO DE 1966

Presidente: Senhor Atílio Fontana.

Secretário Aracy O'Reilly de Souza.

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

PLC nº 154, de 1965 — Altera a Lei nº 4.299 de 23 de dezembro de 1963 e dá outras providências — Sen. José Leite — Favorável. Aprovado em 23-3-66.

PLS nº 82 de 1964 — Dispõe sobre a instalação, na cidade de Recife, no Estado de Pernambuco, de refinaria de petróleo e usina de fertilizantes nitrogenadas e dá outras providências — Sen. Adolpho Franco — Favorável, apresentando uma emenda supressiva ao art. 4º. Aprovado em 23-3-66.

PLS nº 1 de 1966 — Dispõe sobre o financiamento a agricultores e criadores não cadastrados pelo IBRA e dá outras providências. — Sen. Domicio Gondim — Favorável ao Projeto e contrário à emenda da Comissão de Agricultura.

DISTRIBUIÇÃO

Ao Senador Domicio Gondim:

PLS nº 1 de 1966 — Dispõe sobre o financiamento a agricultores e criadores não cadastrados pelo IBRA e dá outras providências.

Dist. em 16-3-66.

PLC nº 52 de 1963 — Estabelece medidas de proteção à borracha, cria o Fundo Nacional da Borracha, transforma a Comissão Executiva de Defesa da Borracha no Conselho Nacional da Borracha e dá outras providências.

Dist. em 24-3-66.

Ao Senador Mello Braga:
PLS nº 129 de 1963 — Altera o Decreto-Lei nº 5.573, de 14 de junho de 1943 que dispõe sobre o pronunciamento do Conselho Nacional de Aços e Energia Elétrica.

Dist. em 16-3-66.

SÍNTESE

Número de reuniões realizadas —

Número de projetos relatados —

Número de projetos Distribuídos —

Número de reuniões realizadas — 5.

MESA

Presidente — Moura Andrade
 Vice-Presidente — Nogueira da Gama
 1º Secretário — Dinarte Mariz
 2º Secretário — Gilberto Marinho
 3º Secretário — Barros Carvalho

4º Secretário — Cattete Pinheiro
 1º Suplente — Joaquim Parente
 2º Suplente — Guido Mondim
 3º Suplente — Sebastião Archer
 4º Suplente — Raul Giuperti

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio
 Vice-Presidente: Eugênio Barros

ARENA

TITULARES

Eugenio Barros
 Jose Feliciano
 Lopes da Costa
 Antônio Carlos
 Julio Leite

Vivaldo Lúcio
 Atílio Fontana
 Dix-Huit Rosado
 Adolpho Franco
 Zacarias de Assumpção

SUPLENTES

Argemiro de Figueiredo
 Jose Ermírio

Nelson Maculan
 Pedro Ludovico

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Quartas-feiras, às 16:00 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Milton Campos

Vice-Presidente: Senador Wilson Gonçalves

ARENA

TITULARES

Wilson Gonçalves
 Jetterson de Aguiar
 Alonso Arinos
 Heribaldo Vieira
 Eurico Rezende
 Milton Campos
 Gay da Fonseca

Filinto Müller
 Jose Feliciano
 Daniel Krieger
 Menezes Pimentel
 Benedicto Valladares
 Meio Braga
 Vasconcelos Torres

SUPLENTES

MDB

Antônio Balbino
 Arthur Virgílio
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho

Araújo Steinbruch
 Adalberto Sena
 Edmundo Levi
 Aurélio Vianna

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão, Oficial Legislativo, FL-6.

Reuniões: 4ºs.-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Silvestre Péricles

Vice-Presidente: Lopes da Costa

ARENA

TITULARES

Eurico Rezende
 Heribaldo Vieira
 Lopes da Costa
 Meio Braga
 Jose Guiomard

Jose Feliciano
 Filinto Müller
 Zacarias de Assumpção
 Benedicto Valladares
 Vasconcelos Torres

SUPLENTES

MDB

Aurélio Vianna
 Silvestre Péricles

Oscar Passos
 Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Atílio Fontana

Vice-Presidente: Arthur Virgílio

ARENA

TITULARES

Atílio Fontana
 Júlio Leite
 Jose Feliciano
 Adolpho Franco
 Meio Braga
 Domicio Gondim

SUPLENTES

Jefferson de Aguiar
 Jose Leite
 Sigefredo Pacheco
 Zacarias de Assumpção
 Dix-Huit Rosado
 Gay da Fonseca

MDB

Nelson Maculan
 Pedro Ludovico
 Arthur Virgílio

João Abrahão
 Josaphat Marinho
 Jose Ermírio

Secretaria: Aracy O'Reilly de Souza

Reuniões: Quartas-feiras, às 15:30 horas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Senador Padre Calazans

ARENA

TITULARES

Menezes Pimentel
 Padre Calazans
 Gay da Fonseca
 Arnol de Melo
 Jose Leite

SUPLENTES

Benedicto Valladares
 Alonso Arinos
 Meio Braga
 Sigefredo Pacheco
 Antônio Carlos

MDB

Antônio Balbino
 Josaphat Marinho

Arthur Virgílio
 Edmundo Levi

Secretaria: Aracy O'Reilly de Souza.

Reuniões: Quintas-feiras, às 15:30 horas.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(16 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Argemiro de Figueiredo

Vice-Presidente: Senador Irineu Bornhausen

ARENA

TITULARES

Victorino Freire
 Lobão da Silveira
 Sigefredo Pacheco
 Wilson Gonçalves
 Irineu Bornhausen
 Adolpho Franco
 Jose Leite
 Domicio Gondim
 Manoel Villaça
 Lopes da Costa

Atílio Fontana
 Jose Guiomard
 Eugênio Barros
 Menezes Pimentel
 Antônio Carlos
 Daniel Krieger
 Júlio Leite
 Gay da Fonseca
 Meio Braga
 Filinto Müller

MDB

Argemiro de Figueiredo
 Bezerra Neto
 João Abrahão
 Oscar Passos
 Pessoa de Queiroz

Edmundo Levi
 Josaphat Marinho
 Jose Ermírio
 Lino de Mattos
 Silvestre Péricles

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador José Feliciano

Vice-Presidente: Senador Nelson Maculan

ARENA

TITULARES

José Feliciano

Atílio Fontana

Adolpho Franco

Domicio Gondim

Irineu Bornhausen

SUPLENTES

Lobão da Silveira

Vivaldo Lima

Lopes da Costa

Eurico Rezende

Eugenio Barros

MDB

Aarão Steinbruch

Pessoa de Queiroz

Secretaria: Maria Helena Euerç Brandão — Of. Leg. PL-6.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Vivaldo Lima

Vice-Presidente: Senador José Cândido

ARENA

TITULARES

Vivaldo Lima

José Cândido

Eurico Rezende

Zacharias de Assunção

Atílio Fontana

Heribaldo Vieira

SUPLENTES

José Guiomard

José Leite

Lopes da Costa

Eugenio Barros

Lobão da Silveira

Manoel Villaça

MDB

Antônio Balbino

Aurélio Vianna

Bezerra Neto

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domicio Gondim

ARENA

TITULARES

Domicio Gondim

Jefferson de Aguiar

Benedicto Valladares

José Leite

Lopes da Costa

SUPLENTES

Afonso Arinos

José Feliciano

José Cândido

Mello Braga

Filinto Müller

MDB

Josaphat Marinho

José Ermírio

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DO POLÍGONO DAS SÉCAS

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Ruy Carneiro

Vice-Presidente: Senador Manoel Villaça

ARENA

TITULARES

Manoel Villaça

Sigefredo Pacheco

Heribaldo Vieira

Júlio Leite

Dix-Huit Rosado

SUPLENTES

Menezes Pimentel

José Leite

Lopes da Costa

Antônio Carlos

Domicio Gondim

MDB

Aurélio Vianna

Ruy Carneiro

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quintas-feiras, às dezenove horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Jefferson de Aguiar

Vice-Presidente: Senador Antônio Carlos

ARENA

TITULARES

Jefferson de Aguiar

Wilson Gonçalves

Antônio Carlos

Gay da Fonsaca

Eurico Rezende

José Guiomard

SUPLENTES

José Feliciano

Filinto Müller

Daniel Krieger

Adolpho Franco

Irineu Bornhausen

Rui Palmeira

MDB

Bezerra Neto

José Ermírio

Lino de Mattos

Antônio Balbino

Aurélio Vianna

Ruy Carneiro

Secretário: José Scares de Oliveira Filho.

Reuniões: Quartas-feiras, às 15 horas.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Lino de Mattos

Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA

TITULARES

Antonio Carlos

Eurico Rezende

Yasconcelos Torres

SUPLENTES

Filinto Müller

José Feliciano

Dix-Huit Rosado

MDB

Bezerra Nett

Lino de Mattos

Edmundo Levi

Silvestre Fariaes

Secretário: Sarah Abrahão

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.